

# A CONTA CHEGOU

**O TERCEIRO ANO DE DESTRUIÇÃO AMBIENTAL SOB JAIR BOLSONARO**

**JANEIRO DE 2022**



OBSERVATÓRIO  
DO CLIMA



# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	3
<b>1. OS RESULTADOS DO “AMBIENTALISMO DE RESULTADOS”</b>	5
1.1 Desmatamento na Amazônia	5
1.2 Desmatamento no Cerrado	6
1.3 Aumento de emissões na pandemia	7
1.4 Descrédito internacional	8
<b>2. A CONSOLIDAÇÃO DO DESMONTE</b>	9
2.1 Ligações perigosas	9
2.2 Um ministro e nove suspeitas	10
2.3 Ibama paralisado	12
2.4 O dinheiro que Joaquim não usa...	13
2.5 ...e o meio bilhão que Mourão jogou fora na Amazônia	16
2.6 Concurso para inglês ver	16
2.7 A fraude do Adote Um Parque	17
<b>3. O CERCO AOS INDÍGENAS</b>	18
3.1 Ouro de sangue	18
3.2 O marco temporal e o apocalipse parakanã	20
3.3 Intimidação a lideranças	22
3.4 Desvio de “Funailidade”	22
<b>4. DESTRUINDO TUDO ENQUANTO HÁ TEMPO</b>	23
<b>5. A BOIADA NO CONGRESSO: LIRA, PACHECO E O COMBO DA MORTE</b>	26
<b>6. REAÇÕES</b>	30
6.1 As cortes contra-atacam	30
6.2 Europa, EUA e China contra o desmatamento	32
<b>7. 2022: “BAILE DA ILHA FISCAL” DA DEVASTAÇÃO?</b>	32

# INTRODUÇÃO

Causou pouco escândalo na ocasião, mas no fim de 2021 o Congresso Nacional enfraqueceu a principal lei de proteção às florestas do Brasil. Agora, o Código Florestal não regula mais as áreas de preservação permanente em zona urbana: cada prefeito passa a ser livre para arbitrar sobre a proteção de margens de rios, topos de morro, restingas e mangues nas cidades. Especuladores imobiliários poderão, por exemplo, ocupar as margens do rio Tapajós em Alter do Chão, no Pará, para construir resorts.

A mudança é simbólica por duas razões. Primeiro, porque o Código Florestal já havia sido flexibilizado em 2012, após mais de uma década de pressão da bancada ruralista. Na época buscou-se vender a alteração como necessária para “pacificar” o campo; dali em diante, dizia-se, todos simplesmente cumpririam a nova lei. Não foi o que aconteceu. Ao contrário, os parlamentares e vários setores econômicos passaram a pressionar por novas flexibilizações. Conseguiram.

A outra razão pela qual a mudança nas APPs urbanas é importante é porque ela representa um novo e perigoso patamar no desmonte ambiental promovido pelo governo de Jair Bolsonaro. Após dois anos de “passagem da boiada”, expressão imortalizada pelo ex-ministro Ricardo Salles para se referir a mudanças infralegais na regulação ambiental (por decretos, portarias ou instruções normativas), no terceiro ano de governo a devastação ganhou mais uma frente, o Congresso. E mudar leis ambientais no Brasil é um caminho sem volta, dada a correlação de forças no Parlamento.



Alan Santos/Presidência da República

**Bolsonaro e os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco (esq.)**

Caso a agenda legislativa de Bolsonaro e de seus aliados avance em 2022, o país poderá sofrer danos irreversíveis na proteção aos direitos de populações tradicionais, aos ecossistemas, ao clima e à segurança de cada cidadão.

Como o OC escreveu [na última edição deste relatório](#), a eleição para a presidência da Câmara em 2021 poderia dar a Bolsonaro uma chance inédita de controlar o Legislativo e aprovar bombas socioambientais, que vinham sendo repressadas pelo deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Bolsonaro conseguiu eleger o sucessor de Maia, Arthur Lira (PP-AL). Não ganhou o controle da Câmara - ao contrário, tornou-se refém dela -, mas Lira de fato fez as bombas socioambientais avançarem. Duas delas estão prontas para ser votadas no plenário do Senado: o PL 3.729, que virtualmente acaba com o licenciamento ambiental no Brasil, e o PL 2.633, que anistia a grilagem (e que foi apensado na Câmara Alta ao PL 510, que também premia o roubo de terras).

A enorme mobilização da sociedade civil e da oposição impediu que esses projetos, e outros de interesse de Bolsonaro, como os que acabam com a demarcação de terras indígenas e liberam mineração nesses territórios mesmo sem consentimento dos índios (leia abaixo), fossem aprovados em 2021. Em 2022 será preciso muito mais atenção sobre o Congresso para que o “Combo da Morte” não seja aprovado sem o necessário debate em pleno ano eleitoral.

Para além do Congresso, o ano passado também foi marcado na área socioambiental pelo fato inédito na história da República de um ministro do Meio Ambiente ser demitido e a cúpula do Ibama ser afastada sob suspeita de praticar crimes ambientais. A queda de Ricardo Salles na esteira da Operação Akuanduba, da PF, que investigava contrabando de madeira para os EUA, tirou temporariamente o Ministério do Meio Ambiente dos holofotes. O sucessor escolhido por Salles, o ruralista Joaquim Leite, prometeu seguir praticando o “ambientalismo de resultados” propalado pelo ex-ministro e se propôs a mostrar ao mundo um “Brasil real” na conferência do clima de Glasgow, a COP26.

Como veremos abaixo, o “Brasil real” não colaborou com o marketing do ministro: o único resultado que ele tinha a apresentar foi uma taxa de desmatamento de 13.235 km<sup>2</sup> na Amazônia, a mais alta em 15 anos. O governo optou por esconder a informação da comunidade internacional durante a COP, o que aniquilou de vez a credibilidade internacional do regime Bolsonaro. O aumento do desmatamento durante seu mandato rendeu ao presidente mais uma [representação no Tribunal Penal Internacional](#), por crimes contra a humanidade devido ao dano climático deliberado.

O Brasil real em 2021 também foi o de explosão do garimpo e de conflitos em terras indígenas, com imagens chocantes de ataques a tiros a uma comunidade yanomami em Roraima e da invasão por garimpeiros de uma aldeia munduruku, no Pará. O número de indígenas assassinados cresceu 61%. E as terras indígenas tiveram duas vezes mais alertas de desmatamento do que a média do Brasil, segundo dados do MapBiomas.

O título deste documento se refere a duas contas. Primeiramente, a conta do desmonte ambiental acelerado praticado desde 2019, que sepultou qualquer esperança de controle do desmatamento - e, portanto, de emissões de gases de efeito estufa - no país enquanto Jair Bolsonaro estiver no governo. A Amazônia está entregue ao crime e não há motivos para achar que os criminosos agirão com temperança em 2022, ano eleitoral. Isso é particularmente problemático nos territórios indígenas, alvos preferenciais do Presidente da República.

A segunda conta, derivada da primeira, é o dano irreversível à imagem internacional do Brasil, algo crítico para um país exportador de commodities. A ocultação dos dados de desmatamento foi a gota d'água para os parceiros interna-

cionais do Brasil e os importadores preocupados com biodiversidade, clima e direitos humanos. O propalado aumento dos recursos para a fiscalização ambiental, como se verá nas próximas páginas, é um jogo de fumaça e espelhos: um levantamento inédito do OC, neste relatório, mostra que o Ibama usou menos da metade do dinheiro que tinha disponível para combater o desmatamento em 2021.

Em 2022 o mundo entra em compasso de espera em relação ao Brasil, até que um novo governo assuma em 2023 e recoloca o país nos trilhos. Mas será essencial evitar que o ecocídio de Jair Bolsonaro ganhe um novo capítulo no Congresso no primeiro semestre deste ano.

# 1. OS RESULTADOS DO “AMBIENTALISMO DE RESULTADOS”

## 1.1 Desmatamento na Amazônia



***EU NÃO ACOMPANHEI ESSES NÚMEROS, EU SOUBE QUE ELES SAÍRAM HOJE, MAS A MINHA CONCENTRAÇÃO AQUI É COMPLETAMENTE NAS NEGOCIAÇÕES***

*Joaquim Leite durante a COP26, 12/11/2021*



Claudio Angelo/OC

Castanheira queima em área recém-desmatada em Altamira, PA, em 2021



O desmatamento na Amazônia atingiu 13.235 quilômetros quadrados em 2021, um aumento de 22% em relação a 2020. Os dados são uma estimativa do Prodes, sistema do Inpe que fornece a taxa anual de devastação do bioma, e representam a coroação da estratégia de desmonte ambiental do regime de Jair Bolsonaro. O dado do Inpe bate três recordes ao mesmo tempo: é o maior desmatamento na floresta em 15 anos, desde 2006; é a primeira vez desde o início das medições, em 1988, que a taxa sobe três vezes consecutivas num mesmo mandato presidencial; e é também a primeira vez que o desmatamento registra quatro altas consecutivas (em 2018, último ano do governo Temer, a cifra também havia subido).

O número foi fechado pelo Inpe em 27 de outubro, quatro dias antes da abertura da COP26, a conferência do clima de Glasgow, no Reino Unido, e encaminhado pelo sistema de informações do governo ao diretor do Inpe, Clézio Nardin, e ao ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Tradicionalmente o dado é publicado antes das conferências do clima, mas desta vez o governo optou por escondê-lo deliberadamente da sociedade brasileira e da comunidade internacional. O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, [foi à COP sabendo do número](#) recorde e mentindo à comunidade internacional que o desmatamento estava sendo contido por medidas do governo. Já o vice-presidente Hamilton Mourão se fiava na redução de 5% medida pelo sistema de alertas Deter (que não serve para cálculo de área desmatada) para dizer que o desmatamento [estava em “tendência de queda”](#).

No final do encontro na Escócia, o Inpe divulgou o dado mensal de alertas de outubro, que mostrava uma alta. Questionado pela imprensa, Leite, que em seus discursos na COP trombeteava o “Brasil real”, ficou desconcertado: disse não ter “acompanhado” os números e passou [mais de um minuto e meio em silêncio](#) diante de perguntas de jornalistas.

O dado do Prodes só foi divulgado em 19 de novembro, uma semana depois da COP, após o [sindicato dos funcionários do Inpe denunciar](#) que o número estava pronto e vinha sendo ocultado.

Um dos resultados mais preocupantes do Prodes é a explosão do desmatamento no Estado do Amazonas, governado por Wilson Lima (PSC), aliado de Bolsonaro. A devastação ali subiu 55%, fazendo o Amazonas, com 2.347 km<sup>2</sup> derrubados, ultrapassar pela primeira vez Mato Grosso (2.263 km<sup>2</sup>) como segundo Estado mais desmatado da Amazônia Legal.

A devastação se concentra no sul do Estado, por onde passa a BR-319, estrada que o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, tenta pavimentar a todo custo. O desmatamento na região pode indicar um surto de grilagem e especulação fundiária em antecipação à obra – uma tendência histórica na Amazônia, como vem ocorrendo no entorno da BR-163, no Estado do Pará, que lidera o desmatamento, com 5.257 km<sup>2</sup> (39,7% do total).

Sob Bolsonaro, uma área maior que a Bélgica foi desmatada desde 2019 na Amazônia. Dados da [Global Forest Watch](#) mostram que o Brasil liderou a derrubada de florestas primárias no mundo em 2020.

## 1.2 Desmatamento no Cerrado

Para não perder o hábito, o governo também escondeu a taxa de desmatamento do Prodes para o Cerrado. O dado, que mostrava uma devastação total de 8.531 km<sup>2</sup> (alta de 7,9%) [estava pronto desde 6 de dezembro](#), mas só foi postado na internet nas últimas horas de 2021. É o [maior desmate acumulado](#) medido no bioma desde 2016.

Durante o ano de 2021, o monitoramento por satélite da savana do Brasil central, que abriga a maior parte da produção agrícola do país - e uma fronteira quente de desmatamento - esteve ameaçado. O convênio do Inpe com o Banco Mundial que bancava o Prodes Cerrado e o Deter Cerrado desde o governo Dilma Rousseff expirou e o instituto ficou sem R\$ 2,5 milhões necessários por ano para garantir os dois sistemas. No começo de 2022 o [Inpe anunciou](#) que o Prodes e o Deter seriam encerrados em abril. O consórcio MapBiomas anunciou que, caso houvesse descontinuidade nos dados do Inpe, [a rede faria o monitoramento do bioma](#).

Proporcionalmente à área dos biomas, o Cerrado teve 50% mais desmatamento que a Amazônia. O Estado que mais desmatou o Cerrado foi o Maranhão (2.281,72 km<sup>2</sup>), seguido por Tocantins (1.710,55 km<sup>2</sup>) e Bahia (925,11 km<sup>2</sup>).

Em três anos, o governo Bolsonaro deixou que 56 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa na Amazônia e no Cerrado virassem fumaça. É metade da área de Cuba.

## 1.3 Aumento de emissões na pandemia

As emissões brasileiras de gases de efeito estufa em 2020 cresceram 9,5%, enquanto no mundo inteiro elas despencaram quase 7% devido à pandemia de Covid-19. A alta no desmatamento, em especial na Amazônia, pôs o Brasil na contramão do planeta e o deixa em desvantagem no Acordo de Paris. É o maior montante de emissões desde 2006. Com o aumento da emissão e a [queda de 3,9% no PIB](#), o Brasil ficou mais pobre e poluiu mais.

O dado vem da última estimativa do [SEEG \(Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa\)](#), do Observatório do Clima, que todo ano calcula quanto o Brasil gerou de poluição climática. Em sua nona edição, o SEEG calculou em 2,16 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente (GtCO<sub>2</sub>e) as emissões nacionais brutas em 2020, contra 1,97 bilhão em 2019. É o maior nível de emissão do país desde 2006.

Representadas em sua maior parte pelo desmatamento na Amazônia e no Cerrado (que, somados, perfazem quase 90% das emissões do setor), as mudanças de uso da terra emitiram 998 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>e em 2020, um aumento de 24% em relação a 2019 (807 milhões).

Num cenário de desmonte da fiscalização ambiental e de descontrole sobre crimes como grilagem, garimpo e extração ilegal de madeira no governo Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia em 2020 sofreu uma alta expressiva, atingindo 10.851 km<sup>2</sup> segundo os dados do sistema Prodes/Inpe. O SEEG utiliza nas suas estimativas os dados do consórcio MapBiomas, que mede também o corte de florestas secundárias e usa uma série temporal diferente da do Inpe (o MapBiomas considera janeiro a dezembro e não agosto a julho, como faz o Prodes). No entanto, a tendência apontada é similar em ambos os sistemas.

Apenas na Amazônia a emissão por alterações no uso do solo alcançou 782 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>e em 2020. Se a floresta brasileira fosse um país, seria o nono maior emissor do mundo, à frente da Alemanha. Somando o Cerrado (113 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>e) à conta, os dois biomas emitem mais que o Irã e seriam o oitavo emissor mundial se fossem um país.

As emissões diretas da agropecuária, que abarcaram 577 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>e (27% do total nacional) em 2020, também sofreram uma alta, de 2,5%. É a maior elevação desde 2010 num setor cujas emissões nos últimos anos vêm oscilando pouco. Isso ocorreu em parte por uma razão contraintuitiva: a crise econômica diminuiu o consumo de carne, com uma redução de quase 8% no abate de bovinos. O rebanho nacional aumentou em cerca de 3 milhões de cabeças, o que, por sua vez, aumentou também as emissões de metano por fermentação entérica (o popular “arroto do boi”).

Como houve aumento do desmatamento em 2021, juntamente com um reaquecimento da economia na esteira da vacinação, a tendência é de novo aumento das emissões.

## 1.4 Descrédito internacional

A credibilidade internacional do Brasil acabou não com um estrondo, mas com um gemido. Depois de dois anos recebendo cartas com ameaças de investidores, dizendo que estava tudo bem e mostrando indicadores piores ano a ano e nenhuma mudança de comportamento, o governo brasileiro simplesmente parou de ser escutado: ninguém acredita mais no que o vice-presidente Hamilton Mourão ou o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, falam sobre combate ao desmatamento. Acordos internacionais e investimentos ora suspensos por causa do desmonte ambiental, como o tratado de livre-comércio entre UE e Mercosul, deverão ficar para o próximo governo. E a Black Rock, maior gestora de fundos de investimentos do planeta, com uma carteira de US\$ 9,5 trilhões, declarou neste ano, segundo a revista *Veja*, que não põe mais um centavo no Brasil enquanto Bolsonaro for presidente. Após a reportagem a empresa desconversou, dizendo que “tem um compromisso de longo prazo com o Brasil”.



Reprodução de TV

Observado por Anthony Blinken, Bolsonaro tosse antes de falar na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril

No fim de 2021, o agronegócio brasileiro amargou mais um boicote: cinco grandes redes de supermercados europeus, incluindo a britânica Sainsbury's e a gigante holandesa Albert Heijn, [anunciaram formalmente que não venderão mais carne brasileira](#), após uma investigação da ONG Repórter Brasil ter mostrado que a multinacional JBS vendia carne oriunda de áreas com desmate ilegal. Suspensões do tipo já haviam sido [aplicadas pela Timberland em relação a couros](#) (2019) e pela [maior rede de supermercados da Escandinávia, a sueca Paradiiset](#), no mesmo ano, em relação a produtos agrícolas brasileiros em geral.

No começo do ano, o governo de Joe Biden, nos EUA, até tentou dar um voto de confiança ao Brasil e fazer um acordo com o governo brasileiro que supostamente envolveria transferência de recursos para a preservação da Amazônia. O acordo deveria ser anunciado em 22 de abril, por ocasião da cúpula de líderes sobre o clima organizada por Biden. Mas a natureza do escorpião falou mais alto: enquanto [pedia US\\$ 1 bilhão ao czar do clima americano, John Kerry, comparando os recursos internacionais a uma televisão de cachorro](#), o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) foi duas vezes à Amazônia [para bancar o advogado de madeireiros e tentar liberar cargas de toras apreendidas pela Polícia Federal](#).

Após uma intensa mobilização de [mais de 200 organizações da sociedade civil brasileira](#) e uma carta de 15 senadores americanos ao presidente advertindo sobre o risco de fechar qualquer acordo com Bolsonaro, Biden puxou o freio de mão e mandou Kerry avisar que queria ver resultados primeiro. Salles ficou #xatiado e culpou ONGs pelo fracasso no acordo.

Na cúpula, Biden mandou um recado diplomático a Bolsonaro ao trocá-lo de 7º para 18º palestrante, tendo deixado a conferência antes de o brasileiro falar. O presidente da Indonésia, Joko Widodo, falou antes de Bolsonaro e relatou que seu país havia reduzido queimadas e desmatamento, “enquanto em alguns lugares das Américas” os problemas haviam crescido. Um fundo de US\$ 1 bilhão para florestas, o Leaf, foi lançado no encontro por EUA, Noruega e Reino Unido, sem que o Brasil estivesse apto a captar nenhum centavo dele. Dias depois, o próprio John Kerry, sincerão, disse no Congresso americano que [“o regime Bolsonaro desmontou parte da fiscalização ambiental”](#).

Na COP26 o Brasil não foi chamado para facilitar nenhuma conversa importante entre países durante a negociação, ao contrário do que acontecia sempre que havia dificuldades políticas nas conferências. O prego no caixão reputacional do governo brasileiro foi batido por ele próprio, quando se revelou, dias após a COP, que o [governo escondera os dados de desmatamento da Amazônia](#), que ficaram prontos antes da conferência.

## 2. A CONSOLIDAÇÃO DO DESMONTE

### 2.1 Ligações perigosas

Nomeado por Jair Bolsonaro e pelo ministro Ricardo Salles após ter assinado uma carta de apoio ao então candidato do PSL, o procurador federal Eduardo Bim foi o primeiro presidente do Ibama [afastado do cargo](#), em 32 anos de história do instituto, sob acusação de ter atuado para favorecer criminosos ambientais. Isso ocorreu em maio de 2021, após investi-

gação da Polícia Federal ter apontado um esquema no órgão ambiental e no Ministério do Meio Ambiente para facilitar o contrabando de madeira ilegal.

Dois servidores do Ibama [afirmaram à PF](#) que pelo menos 3 mil cargas de madeira saíram do país sem autorização do instituto. No despacho em que determinou o afastamento de Bim e outros 9 servidores públicos, o ministro do STF Alexandre de Moraes afirma que eles são suspeitos de integrar o que a PF chama de “grave esquema criminoso de caráter transnacional”. A PF realizou [buscas e apreensões](#) em mais de 30 endereços na ocasião - entre eles, a sede do Ibama e a casa do ministro Ricardo Salles.

Um ano e três meses antes da operação Akuanduba, Bim havia [assinado um despacho](#) liberando a exportação de madeira nativa sem vistoria. O STF também determinou a suspensão deste despacho. Em 6 de fevereiro de 2020, dezenove dias antes de revogar a norma que exigia vistoria das cargas, Bim e o ministro Ricardo Salles se reuniram com representantes de madeireiras do Pará que pleiteavam a mudança. Ao atender o pedido das empresas, o presidente do Ibama contrariou a área técnica do instituto. Servidores produziram um documento desaconselhando a medida, que foi ignorado. O coordenador que assinou a nota técnica foi exonerado por Salles.

Além da facilitação do contrabando, a investigação da PF apura crimes como corrupção, prevaricação e advocacia administrativa – o ato de patrocinar interesses privados junto a órgãos públicos. Um assessor especial de Salles no ministério foi acusado de [interceder no Ibama](#) para favorecer infratores autuados pelo instituto. A prática de aliviar para infratores era recorrente: em fevereiro, o [Estadão revelou](#) que o governo cancelou uma multa aplicada em 2018 contra a maior fabricante de pisos de madeira do país, liberando a carga de apreensão recorde ocorrida em São Paulo.

O afastamento de Bim durou 90 dias. Ele e outros acusados, como o diretor do Ibama João Pessoa Riograndense Moreira Junior, retomaram os postos em agosto, enquanto a investigação virava pizza. No fim de junho, o delegado da PF Franco Perazzoni, que comandava os inquéritos da operação Akuanduba, foi [retirado da chefia](#) da Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros.

Em abril, o então superintendente da PF no Amazonas, Alexandre Saraiva, já havia sido [exonerado do cargo](#) e transferido para o interior do Rio de Janeiro dias após ter enviado ao STF uma [notícia-crime contra Salles](#) por interceder em favor de madeireiros investigados por desmatamento ilegal.

## 2.2 Um ministro e nove suspeitas

No dia 19 de maio, quarta-feira, o Brasil foi surpreendido com a notícia de que a Polícia Federal acabara de deflagrar uma operação de busca e apreensão em endereços do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A ação fora autorizada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes e integrava a Operação Akuanduba, na qual Salles e mais dez funcionários do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente eram investigados por nove crimes, incluindo corrupção, advocacia administrativa e facilitação de contrabando de madeira (leia acima). No dia da operação, Salles foi armado à sede da PF, em Brasília, e exigiu falar com o delegado responsável pelo caso, Franco Perazzoni. Deu com a cara na porta. Elemento-chave da investigação, o celular do ministro [só foi entregue à polícia 19 dias depois](#), já inútil para qualquer coleta de provas.



Twitter

### **Ricardo Salles posa com toras apreendidas pela PF no Pará**

Durante a apuração, os policiais toparam com indícios de operações suspeitas no escritório de advocacia que ele mantinha com a mãe, Diva.

As investigações da Akunduba corriam em paralelo com um outro inquérito, instaurado no STF por decisão da ministra Cármen Lúcia, para apurar suposta interferência de Salles em outra operação da PF, a Handroanthus. Salles viajou duas vezes ao Pará em março e abril (acompanhado do senador Telmário Mota, do Pros de Roraima, e da deputada Carla Zambelli, do PSL de São Paulo) para tentar desqualificar a operação, coordenada pelo superintendente da PF no Amazonas, Alexandre Saraiva, que apreendera 135 mil metros cúbicos de madeira. Dias antes de ir ao Pará, Salles se encontrou com a família de madeireiros Dacroce, de Santa Catarina, ligada à Rondobel, uma das maiores madeireiras do Pará e principal alvo da Handroanthus. A Rondobel integra a diretoria da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará, a Aimex. Em 2020, a Aimex foi uma das entidades que fizeram lobby junto ao Ibama para derrubar a instrução normativa que determinava a necessidade de fiscalização prévia em cargas destinadas à exportação.

Com o Supremo em seu calcanhar em duas frentes (mas com suporte da indústria madeireira, que enviou carta a Jair Bolsonaro manifestando “apoio irrestrito” ao ministro), Salles acabou se tornando um fardo pesado demais para Bolsonaro carregar. A notícia de que o ministro poderia ser preso a qualquer momento fez o presidente exonerar seu auxiliar mais eficiente em 23 de junho. Na véspera, Bolsonaro elogiou Salles por ter promovido “um casamento quase perfeito” entre agricultura e meio ambiente.



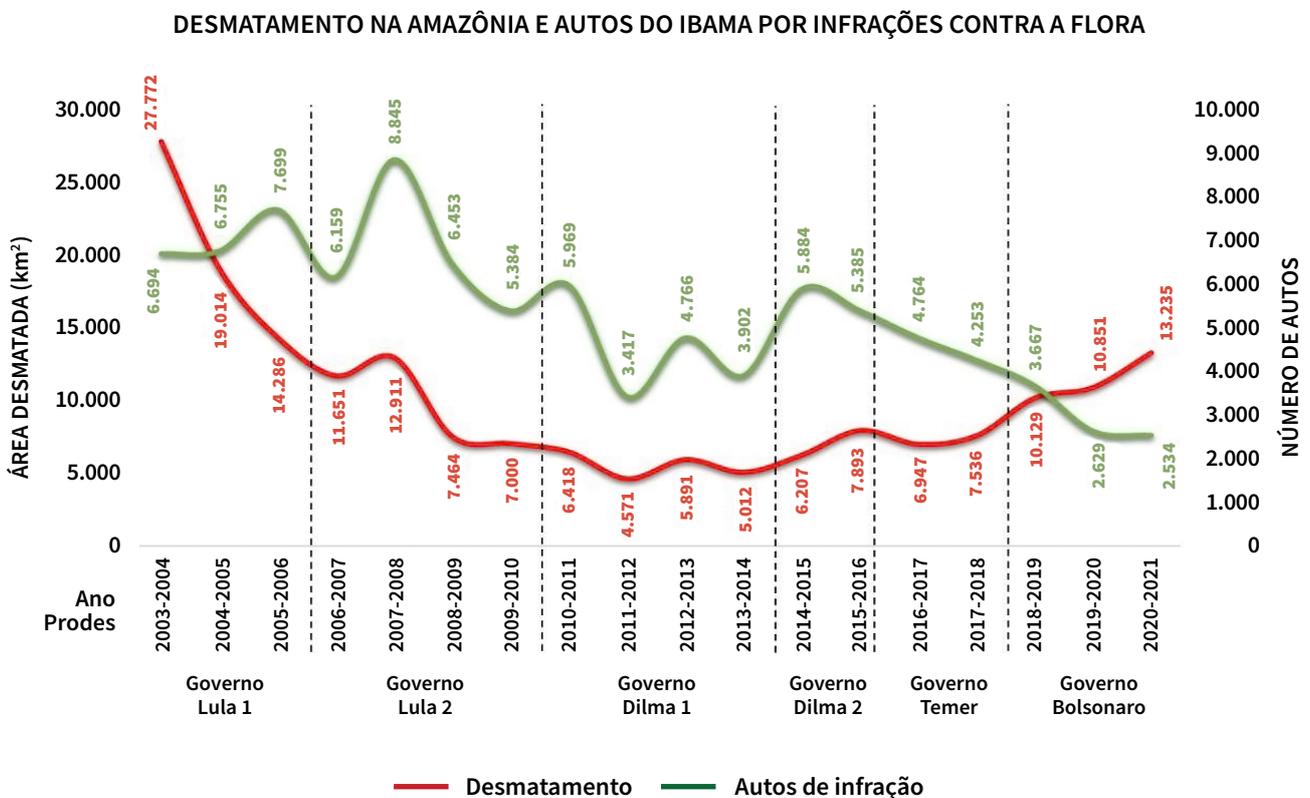
Com a exoneração, os processos de Salles saíram do STF e foram para a primeira instância, o que na prática paralisou as investigações da Akunduba. O ministro também manobrou para que tanto Alexandre Saraiva quanto Franco Perazzoni perdessem seus cargos na PF (leia acima). E escolheu a dedo seu substituto no Meio Ambiente: o amigo e ex-diretor da Sociedade Rural Brasileira Joaquim Leite, que exercia o cargo de secretário da Amazônia no ministério. As graves revelações que se esperava que viessem sobre o ministro a qualquer momento nunca chegaram, e Salles ficou com o caminho aberto para se candidatar a deputado federal ou até mesmo a senador. Enquanto este relatório era escrito, em janeiro de 2022, a pizza de Ricardo Salles ganhou uma última pitada de orégano: a madeira apreendida na Handroanthus foi liberada pelo desembargador Ney Bello, do TRF-1, que concorre a uma vaga no STJ e depende da indicação de Bolsonaro. O pedido de liberação foi feito por ninguém menos que Frederick “Anjo” Wassef, advogado da família Bolsonaro, que escondeu Fabrício Queiroz em sua casa em Atibaia.

## 2.3 Ibama paralisado



**PARAMOS DE TER GRANDES PROBLEMAS COM A QUESTÃO AMBIENTAL, ESPECIALMENTE NO TOCANTE À MULTA. TEM QUE EXISTIR? TEM. MAS CONVERSAMOS E NÓS REDUZIMOS EM MAIS DE 80% AS MULTAGENS NO CAMPO**

*Jair Bolsonaro, 17/01/22*



Fonte: Inpe (2021) e Ibama (2021). Dados do Ibama obtidos em janeiro de 2022.

O período em que é calculada a taxa Prodes (agosto de 2020 a julho de 2021) coincide com o menor número de autos de infração por crimes contra a flora aplicados pelo Ibama nas últimas duas décadas na Amazônia. Foram 2.534 autos, uma queda de 40% em relação a agosto de 2017-julho de 2018, último período Prodes pré-Bolsonaro.

Se considerados os dados de janeiro a dezembro, o recorde negativo se repete – a média nos três anos do regime Bolsonaro foi de 2.963 autos por crimes contra a flora nos 9 Estados que compõem a Amazônia Legal, número 39% menor que a média na década anterior ao atual governo (4.864).

Os embargos e apreensões realizados por fiscais ambientais na Amazônia também despencaram sob Bolsonaro.

Em 2021, os embargos de propriedades rurais caíram 70% em relação a 2018, último ano do governo Temer: foram registrados 722 na Amazônia, contra 2.368 em 2018. O embargo é uma das medidas mais eficazes de combate ao desmatamento, por causar restrição econômica imediata ao infrator. Ao ter uma área embargada, o proprietário rural fica impedido de vender produtos derivados do local onde ocorreu o dano ambiental.

No caso das apreensões houve queda de 81% no mesmo período – foram 452 na Amazônia em 2021, contra 2.391 em 2018.

É o resultado do projeto bolsonarista, anunciado desde a campanha eleitoral de 2018, de acabar com o que o então candidato chamava de “[festa das multas ambientais](#)”. Sem punição, o desmatamento na Amazônia em 2021 aumentou 103,8% em relação à média na década anterior ao atual governo.

Sob Bolsonaro, os principais cargos da diretoria do Ibama responsável pela fiscalização foram loteados entre policiais militares e integrantes das Forças Armadas indicados pelo ministro do Meio Ambiente. Estratégicos, esses cargos até então eram ocupados por servidores experientes. Atualmente, o diretor de Proteção Ambiental (Samuel Vieira de Souza) e o coordenador-geral de Fiscalização (Aécio Galiza Magalhães) são militares. Metade dos dez cargos de chefia ou coordenação subordinados a eles [estavam vagos](#) na primeira quinzena do ano. Entre as áreas sem comando direto, as coordenações de Operações e de Inteligência.

## 2.4 O dinheiro que Joaquim não usa...

ORÇAMENTO DO IBAMA PARA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL EM 2021

SITUAÇÃO	VALOR	%
<b>AUTORIZADO</b>	<b>R\$ 219.420.000</b>	
<b>EMPENHADO</b>	<b>R\$ 217.260.328</b>	<b>99%</b>
<b>LIQUIDADO</b>	<b>R\$ 88.983.627</b>	<b>41%</b>

Fonte: ME/SIOP. Dados extraídos em 08/01/2022. Valores até 31/12/2021

Sob pressão internacional após ter ampliado a devastação na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal em 2020, o presidente Jair Bolsonaro prometeu dobrar os recursos para a fiscalização ambiental em abril de 2021, durante a cúpula sobre clima organizada pelo presidente dos EUA, Joe Biden. No dia seguinte, o governo [anunciou um corte](#) de R\$ 240 milhões no orçamento geral do Ministério do Meio Ambiente. Parte do corte (R\$ 17,6 milhões) atingiu as áreas de fiscalização e de controle de incêndios do Ibama.

Em maio, após a promessa de aumento e o corte, o governo enviou um projeto de lei [destinando](#) R\$ 270 milhões para o Ibama e o ICMBio. No Ibama, com a suplementação, o orçamento autorizado para a fiscalização aumentou de R\$ 64,6 milhões em 2020 para R\$ 219,4 milhões em 2021, em valores nominais. No entanto, até 31 de dezembro o instituto havia liquidado (executado) apenas 41% desse orçamento (R\$ 88,9 milhões). Quase todo o valor restante (R\$ 128,3 milhões) foi empenhado (reservado) para gastos que, em tese, se concretizarão ao longo de 2022, possivelmente com equipamentos. Isso indica que o planejamento feito pelo Ibama para realizar operações em todo o país não foi cumprido integralmente. Nos três anos anteriores à gestão Bolsonaro, a liquidação do orçamento destinado à fiscalização variou de 86% a 92%.

Ou seja: havia dinheiro para reforçar o combate ao desmatamento em 2021, mas o Ibama usou menos da metade do orçamento até dezembro. No caso da prevenção e controle de incêndios florestais foram liquidados até 31 de dezembro R\$ 40,3 milhões, ou 70% dos recursos. No ICMBio, a liquidação foi de 73% (R\$ 63,7 milhões) do orçamento autorizado para fiscalização e controle de incêndios. Também sobrou dinheiro a ser usado em 2022 nos chamados “restos a pagar”.

No fim de janeiro, ao sancionar o orçamento para 2022, Bolsonaro vetou R\$ 17,2 milhões para ações de prevenção e combate a incêndios do Ibama, que correspondem a um quarto do valor que havia sido aprovado pelo Congresso (R\$ 67,2 milhões) para essa atividade. O corte total no orçamento ambiental foi de R\$ 35 milhões, incluindo recursos para biodiversidade e recuperação ambiental.

Uma análise do orçamento geral do Ministério do Meio Ambiente, incluindo a administração direta da pasta, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e os fundos nacionais do Meio Ambiente e sobre Mudança do Clima, além do Ibama e do ICMBio, mostra que os valores liquidados (executados) até 31 de dezembro (R\$ 2,52 bilhões) foram os mais baixos desde 2000, considerando a atualização monetária pelo IPCA (veja gráfico na página seguinte).

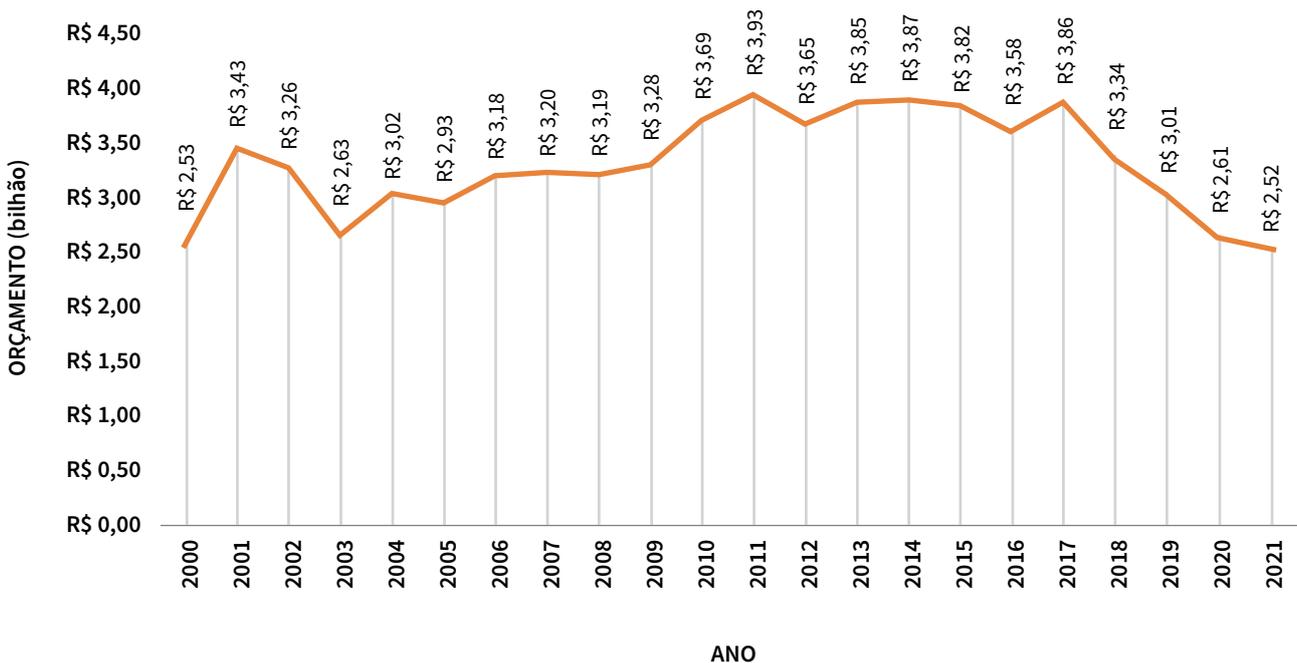
A política de desmonte na área ambiental manteve congelados pelo terceiro ano mais de R\$ 3 bilhões do Fundo Amazônia, que recebeu recursos da Noruega e da Alemanha por resultados obtidos no combate ao desmatamento antes da gestão Bolsonaro. Se considerados também os recursos do Fundo Clima e uma doação obtida pelo Brasil do fundo climático da ONU, o GCF, o governo [mantém parados R\\$ 4,5 bilhões](#) que poderiam ter sido usados em ações de preservação ambiental e redução de emissões: o valor equivale a mais de 13 vezes a previsão de gastos da União com combate ao desmatamento em 2022.

A [verba do GCF \(Fundo Verde do Clima\)](#), de US\$ 96,5 milhões, foi concedida no segundo mês do governo Bolsonaro. Está há três anos praticamente sem sair do papel. O objetivo é pagar a quem conserva e recupera a vegetação para desestimular a derrubada da floresta. Agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia são o público-alvo do Floresta+, [concebido](#) na gestão do antecessor de Bolsonaro, Michel Temer. Os responsáveis pelo projeto foram exonerados.

Só em dezembro de 2021 o governo iniciou um “teste do mecanismo de pagamento”, que envolve apenas seis beneficiários, segundo [nota publicada no site do projeto](#). “No total, seis agricultores e agricultoras irão receber os recursos. A ação tem caráter piloto para testar o processo de implementação do mecanismo de pagamento aos beneficiários”, informa o texto. Indígenas e comunidades tradicionais não foram contemplados - o atraso inicial do projeto ocorreu porque o então ministro Ricardo Salles [não queria beneficiar povos tradicionais](#).

O Brasil recebeu os US\$ 96,5 milhões por reduções de desmatamento ocorridas na gestão de Dilma Rousseff. O GCF é o fundo multilateral criado no âmbito do Acordo de Paris para financiamento de projetos que gerem benefícios ambientais globais relacionados à mudança do clima. É com essa mesma lógica – de pagamentos por resultados – que doadores depositavam no Fundo Amazônia, a maior iniciativa de Redd+ do planeta, paralisado desde abril de 2019 por um decreto de Bolsonaro.

### ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE EXECUTADO (valor liquidado até 31 de dezembro de cada ano)



**Fonte: ME/SIOP.** Dados extraídos em 17/01/2022. Valores atualizados pelo IPCA. Foram consideradas na análise as seguintes unidades orçamentárias: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta, 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB, 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, 44202 - Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - Codebar, 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA, 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 44208 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB, 44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, 44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. A atualização monetária pelo IPCA considerou janeiro do respectivo ano e dezembro de 2021, com os índices apresentados pela Calculadora do Cidadão, do Banco Central. A parcela reembolsável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que é transferida ao BNDES, não foi considerada, por envolver empréstimos.



## 2.5 ... e o meio bilhão que Mourão jogou fora na Amazônia



**SE VOCÊ QUER UM CULPADO, SOU EU. NÃO VOU DIZER QUE FOI MINISTRO A, MINISTRO B OU MINISTRO C. EU NÃO CONSEGUI FAZER A COORDENAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA FORMA QUE ELA FUNCIONASSE**

*Hamilton Mourão, 24/11/2021*

Em outubro, o governo abortou a última das três operações militares iniciadas após as grandes queimadas de 2019 e apontadas desde então como panaceia para a Amazônia, sob comando do vice-presidente Hamilton Mourão. O fracasso da militarização do combate ao desmatamento custou pelo menos R\$ 550 milhões à União. Mesmo com o gasto extra e o “reforço” de mais de 3.000 militares, o resultado foi a maior taxa de desmatamento em 15 anos. As agências ambientais (Ibama e ICMBio) ficaram submetidas ao comando militar durante quase toda a vigência dos decretos presidenciais que autorizaram o emprego das Forças Armadas na região.

O general Mourão, que coordena o Conselho Nacional da Amazônia Legal desde o início de 2020, só admitiu que os militares não são adequados para a tarefa após torrar mais de meio bilhão de reais. Em novembro, ele reconheceu que é “fundamental a recuperação da capacidade operacional das agências ambientais” para que seja cumprida a meta oficial de zerar o desmatamento ilegal no país até 2028. O déficit de servidores no Ibama e no ICMBio é conhecido desde a campanha eleitoral de 2018, mas o governo não fez nada a respeito, imbuído da determinação presidencial de “acabar com a indústria da multa”. Todo o esforço do regime foi no sentido contrário, de enfraquecer os órgãos ambientais. Em janeiro de 2022, Bolsonaro se gabou de ter cumprido essa promessa de campanha e reduzido as “multagens” (sic) em “80%” (sic) com a ajuda dos ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Tereza Cristina (Agricultura).

Principal responsável pela queda de 83% do desmatamento de 2004 a 2012, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) foi abandonado em 2019. Mourão e Salles divulgaram outros planos acochambrados nos últimos dois anos, cujos resultados ninguém sabe, ninguém viu.

## 2.6 O concurso pra inglês ver

Em setembro, faltando menos de dois meses para a Conferência do Clima de Glasgow, o governo anunciou a realização de concurso público para preencher vagas no Ibama e no ICMBio. Como não havia interesse em contratar os profissionais que os órgãos realmente precisam, veio o truque: ressuscitar o cargo de técnico ambiental, de nível médio, que não foi contemplado nos últimos concursos realizados - por lei, um técnico ambiental só pode apoiar o trabalho de fiscais. Sete de cada dez vagas vão para técnicos ambientais (73% das 739 autorizadas no concurso).

Uma Nota Técnica do Ibama de maio de 2020 apontou a necessidade de contratar pelo menos 1.306 servidores de nível superior para o instituto (970 analistas ambientais e 336 analistas administrativos). O governo autorizou apenas 10% disso para o Ibama (96 analistas ambientais e 40 analistas administrativos). O déficit de servidores é o

principal problema dos órgãos ambientais - em 2018, [Bolsonaro ironizou a necessidade de contratar novos fiscais ambientais](#). Em seu primeiro ano de governo, o Ministério Público Federal recomendou que fosse aberto concurso imediato para agentes ambientais, mas nada foi feito.

A [Lei 10.410/2002](#), que criou a carreira de especialista em meio ambiente, define três atribuições para o cargo de técnico ambiental: 1 – prestação de suporte e apoio técnico especializado às atividades dos gestores e analistas ambientais; 2 – execução de atividades de coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas; e 3 – orientação e controle de processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental.

Ou seja, os técnicos ambientais só podem atuar na fiscalização prestando apoio aos analistas ambientais, que têm competência legal para fiscalizar e são especialistas em áreas como biologia, engenharia florestal, agronomia etc. Um analista recebe mais que o dobro do salário de um técnico ambiental. Está prevista a contratação de 432 técnicos ambientais para o Ibama e 110 para o ICMBio.

Em junho, logo após a posse de Joaquim Leite, o Observatório do Clima publicou um “[teste de fidelidade](#)” com 15 medidas que o novo ministro deveria tomar para provar que é diferente do antecessor. Se fosse pra valer, o concurso seria a única a sair do papel. Nem isso.

## 2.7 A fraude do Adote Um Parque

No dia 9 de fevereiro, o presidente do Carrefour América Latina, Noël Prioux, participou de uma cerimônia no Planalto na qual se comprometeu a colocar R\$ 4 milhões por ano na “adoção” de uma unidade de conservação na Amazônia. Era o [lançamento do programa Adote Um Parque](#), do Ministério do Meio Ambiente, um plano do então ministro Ricardo Salles para mostrar que o Estado não era necessário nem para cuidar de áreas protegidas no país: a iniciativa privada poderia fazer isso voluntariamente, repassando recursos diretamente às unidades em troca da exploração comercial de espaços nas áreas “adotadas” (imagine o impacto em vendas de um outdoor “beba Coca-Cola” numa área remota e desabitada da Amazônia).

Salles convenceu oito empresas a assinar protocolos de intenções com o programa, incluindo marcas conhecidas como Heineken, Coca-Cola e o próprio Carrefour (que já atravessava uma crise de imagem devido ao [assassinato de João Alberto Freitas](#) por seguranças de uma de suas lojas em Porto Alegre, mas achou uma boa ideia se aliar ao ecocida Ricardo Salles). Logo ficou claro, porém, que o Adote Um Parque era apenas um factóide criado por Salles para gerar buzz e desviar a atenção da “boiada”: [documentos obtidos pelo OC](#) via Lei de Acesso à Informação mostravam que o Instituto Chico Mendes só foi instado a levantar as necessidades dos parques “adotados” após a assinatura dos termos de adoção. E cinco das oito unidades eram reservas extrativistas, cuja população jamais fora consultada sobre o programa, o que levou o [Conselho Nacional das Populações Exativistas a exigir a retirada das Resex](#) do programa. A Heineken, por exemplo, “adotou” por R\$ 466 mil a Resex Quilombo do Flexal, no Maranhão, que não tem nem sequer um plano de manejo. Ou seja, nenhuma atividade de agentes externos está permitida ali. O Ministério Público [considerou que o programa feria direitos](#) de comunidades tradicionais.

Com a queda de Salles, em 23 de junho, o Adote Um Parque foi discretamente enterrado por Joaquim Leite. Nenhum dos processos de adoção foi concluído, nenhum centavo das empresas foi desembolsado e o novo ministro nunca mais tocou no assunto.

## 3. O CERCO AOS INDÍGENAS

### 3.1 Ouro de sangue

Duas das maiores obsessões de Jair Bolsonaro, o enriquecimento fácil com garimpo e o ódio aos povos indígenas, se combinaram em 2021 numa série de eventos e imagens chocantes. Estimulados pelo presidente e, como veremos, facilitados pela cúpula da Funai, o órgão indigenista do governo federal, o garimpo e as invasões de terras indígenas explodiram durante o governo e viraram uma fratura exposta nos direitos humanos no Brasil.

A Terra Indígena Yanomami, entre os Estados de Roraima e Amazonas, encontra-se invadida por mais de 20 mil garimpeiros. Em maio, a comunidade yanomami Palimiú foi atacada a tiros por garimpeiros a bordo de uma



Bruno Kelly/Amazônia Real

Garimpo destrói rio na vizinhança de malocas yanomami em Roraima

[lança](#). A Polícia Federal foi até a área apurar o ataque e [também trocou tiros com os garimpeiros](#), no dia seguinte. O STF determinou ao governo que retirasse os garimpeiros do território indígena, o que não havia acontecido até a publicação deste relatório.

Enquanto o poder público não se mexe, os yanomami morrem: em outubro, dois meninos [foram sugados por uma draga de garimpo](#) enquanto nadavam no rio de sua aldeia, vizinha a um ponto de extração ilegal, na região de Alto Alegre. Nenhum dos dois sobreviveu.

Um [estudo do Instituto Escolhas](#) e uma reportagem da Amazônia Real e da Repórter Brasil mostraram as conexões entre o garimpo ilegal e grandes empresas de compra e exportação de ouro e até mesmo joalherias. O Escolhas mostrou em julho que o Brasil exportou, em 2020, 19 toneladas de ouro ilegal (17% das exportações nacionais), grande parte dele extraído de forma criminosa de terras indígenas. Em reportagem realizada com apoio do Observatório do Clima, a Amazônia Real [identificou as empresas D'Gold, Ourominas e HStern](#) como as maiores compradoras do ouro tirado da terra yanomami. Também flagrou um caso de [uma funcionária da saúde indígena trocando vacina contra Covid por ouro](#).

Nos territórios munduruku, na bacia do rio Tapajós, no Pará, o garimpo gerou e vem explorando cisões entre os próprios indígenas. Mundurukus cooptados por garimpeiros [incendiaram em março](#) o escritório de uma associação de mulheres contrárias ao garimpo na cidade de Jacareacanga. Em maio, os garimpeiros invadiram a aldeia Fazenda Tapajós, no mesmo município, e [incendiaram a casa da líder antigarimpo Maria Leusa Kabá](#) - que não estava no local. Dias antes, o Exército havia retirado apoio a uma operação da PF para combater o garimpo nas terras munduruku.

A pandemia e o medo da inflação elevaram o preço do ouro no mercado internacional para mais de US\$ 2.000 a onça troy pela primeira vez a partir de 2020. A alta do preço, aliada à benevolência do governo, que tem planos de liberar a atividade em terras indígenas (leia abaixo), torna a atividade do garimpo atrativa e mais do que compensa o risco de perder equipamentos numa eventual e cada vez mais improvável operação do Ibama. Segundo levantamento do [Mapbiomas](#), em 2019 e 2020 foram abertas as maiores áreas de garimpo em terras indígenas desde a década de 1980 – a destruição de florestas pela mineração ilegal aumentou dez vezes no período.

Uma ilustração didática do tamanho e da velocidade do estrago feito pelo garimpo nas terras indígenas é [este vídeo](#), gravado durante uma ação do Ibama, que mostra como em apenas dois anos um rio na TI Saí Cinza, dos munduruku, foi completamente destruído pelos garimpeiros. [Monitoramento realizado pelo Greenpeace](#) mostrou em dezembro que o garimpo ilegal destruiu pelo menos 478 quilômetros de rios apenas nas TIs Munduruku e Saí Cinza, no sudoeste do Pará, nos três anos do governo Bolsonaro. A área destruída pelo garimpo nas duas TIs chegou a 5.380 hectares no mesmo período - o equivalente a mais de 5.000 Maracanãs. Em agosto, durante o Acampamento Luta pela Vida, em Brasília, lideranças munduruku, yanomami, ye'kwana, kayapó e xikrin [assinaram uma carta contra o garimpo](#) em suas terras.

O impacto do garimpo tornou-se um problema até para o turismo. No começo de 2022, correram o mundo imagens do Tapajós turvo na altura de Alter do Chão, praia paraense considerada uma das mais bonitas do Brasil. [Imagens de satélite analisadas pelo projeto MapBiomas](#) mostraram em janeiro que os sedimentos despejados no Tapajós por afluentes altamente impactados pelo garimpo, como o Crepori e o Jamanxim, formavam uma pluma que se

estendia até a foz do rio, em Santarém. Ali, misturada ao barro natural do rio Amazonas, que invade o Tapajós na época das cheias, ela turvou Alter do Chão.

E não é apenas o ouro: todos os atos e omissões do governo favorecem um amplo movimento de pressão sobre terras indígenas, em especial na Amazônia. Em 2020, último ano para o qual há dados, o número de invasões de terras indígenas cresceu 137% em relação a 2018, aponta [relatório do Conselho Indigenista Missionário \(Cimi\)](#) divulgado em outubro – foram 263 casos em 2020, contra 256 em 2019 e 111 em 2018. O documento revela que 182 indígenas foram assassinados em 2020 – número 61% maior que o registrado em 2019 (113).

O número de terras indígenas com alertas de desmatamento cresceu 31% em 2020 na comparação com o ano anterior, aponta o [MapBiomas Alerta](#). É duas vezes mais do que a média de crescimento do número de alertas no país em geral, 14%.

## 3.2 O marco temporal e o apocalipse parakanã

Segue em banho-maria no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento que poderá definir o futuro (ou não) dos povos indígenas no país. É a tese do chamado “marco temporal”, segundo a qual indígenas que não estivessem ocupando suas terras em 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição, perderiam o direito à de-



Scarlett Rocha/@scarlettphoto/ApiB

Protesto em frente ao STF durante o Acampamento Luta Pela Vida

marcação. O julgamento de uma reintegração de posse ajuizada pelo governo de Santa Catarina contra o povo xokleng servirá de referência para todos os casos semelhantes em andamento no Judiciário.

Além de não demarcar “um centímetro” de terra indígena, como havia [prometido na campanha eleitoral](#), o presidente Jair Bolsonaro manobra para influir na decisão, com a indicação em dezembro de um ministro “terrivelmente evangélico”, André Mendonça, que teve sua gestão como ministro da Justiça e Advogado Geral da União marcada por atos contrários aos povos indígenas e de perseguição a lideranças e ambientalistas.

Jair Bolsonaro é o primeiro presidente desde a redemocratização do país, na década de 1980, a não demarcar nenhuma terra indígena, descumprindo uma obrigação constitucional (mas cumprindo uma promessa de campanha). Atualmente, pelo menos 829 terras indígenas apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do processo demarcatório, segundo o [Conselho Indigenista Missionário \(Cimi\)](#).

O marco temporal é defendido por representantes do agronegócio com argumentos que não param em pé. Em agosto, enquanto o STF realizava sessões após 12 anos de tramitação do processo, o [Fakebook.eco](#) mostrou que dados publicados por ruralistas sobre um suposto prejuízo causado por demarcações indígenas em Mato Grosso vêm de um “estudo secreto”. O instituto responsável pelo suposto estudo mostrando impacto negativo de R\$ 2 bilhões afirmou que o trabalho era “confidencial” e não podia ser compartilhado. Mesmo assim, suas conclusões foram publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*. Os dados foram contestados pelo Observatório Socioambiental de Mato Grosso.

Mais de 6.000 indígenas foram a Brasília acompanhar o julgamento do STF, numa das maiores manifestações desses povos desde o fim da ditadura militar, o Acampamento Luta pela Vida. Mas a decisão foi adiada mais uma vez.

Além de não demarcar terras, Bolsonaro terminou seu terceiro ano de mandato cumprindo outra promessa macabra, a de tentar reduzir áreas já demarcadas.

Em dezembro, o [Uol revelou](#) que a Fundação Nacional do Índio (Funai) apoiou uma “conciliação” entre indígenas e fazendeiros invasores que poderá cortar ao meio a Terra Indígena (TI) Apyterewa, no Pará, homologada em 2007.

Em despacho protocolado na Justiça Federal em 4 de junho, o procurador federal Elder Novais Logrado apontou “vícios” no processo de demarcação da Apyterewa e afirmou que a área técnica e a presidência da Funai “manifestaram-se pela não oposição à revisão do laudo antropológico referente à TI”. É a chancela oficial ao discurso bolsonarista de que existiria “muita terra para pouco índio”, de que o tamanho dessas áreas seria “abusivo”, como afirma o presidente, o que é [falso](#). Trata-se de caso inédito desde a Constituição de 1988 em que a fundação que deveria proteger os indígenas e suas terras apoia a redução de uma área homologada (em 2003, a TI Baú, da nação kayapó, foi desafetada, mas antes da homologação).

Em novembro de 2020, equipe do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela pastora evangélica Damares Alves, intermediou e participou de [reunião “surpresa” com fazendeiros](#) dentro da Apyterewa para pressionar caciques a aceitar um “acordo” para reduzir a área indígena.

Em ofícios protocolados no STF, um grupo de caciques da etnia parakanã e associações de agricultores que ocupam ilegalmente o território [afirmaram](#) que aceitam a redução de 50,7% da terra indígena, que tem 773 mil hectares.



Apesar de a terra pertencer à União, quem assina o “termo de acordo” com o grupo de indígenas é a prefeitura de São Félix do Xingu (PA), que [questiona](#) a demarcação desde 2007. São Félix detém o maior rebanho bovino do Brasil e é o município campeão de emissões de gases de efeito estufa no país. A proposta foi apresentada porque o ministro do STF Gilmar Mendes [abriu a possibilidade](#) de uma “conciliação” entre indígenas e invasores, em processo ajuizado pela prefeitura.

Em [entrevista](#), o cacique Kaworé Parakanã, um dos que assinam o documento, afirma que se sentiu ameaçado: “Eu fiquei com medo mesmo. Porque a gente tem família, nossos filhos, pais, irmãos, amigos.” Ele já declarou ao MPF de Altamira (PA) que foi “enganado”, mas depois recuou e assinou outro documento aceitando a redução de sua terra.

Em meados de dezembro, após a repercussão do caso, Gilmar Mendes [encerrou](#) a conciliação. Mas a decisão não esclarece qual será o próximo passo do processo - há possibilidade de o ministro enviá-lo para julgamento virtual no STF, onde o tema da suposta “conciliação” poderá voltar à tona. A ver.

### 3.3 Intimidação a lideranças

O delegado da Polícia Federal e [ex-assessor de ruralistas que preside a Funai](#) usou a instituição que em tese deveria proteger os indígenas para persegui-los em 2021. Em pelo menos três ocasiões, Marcelo Xavier tentou intimidar judicialmente lideranças indígenas que criticaram o regime.

Em abril, a pedido da Funai, a PF intimou [Sônia Bone Guajajara](#), coordenadora da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), a depor num inquérito aberto sobre a websérie *Maracá*, de 2020. O documentário, produzido pela Apib, criticava violações de direitos indígenas cometidas no governo Bolsonaro, em especial durante a pandemia. Segundo a Funai, houve difamação ao presidente. Bone denunciou o inquérito como uma manobra para criminalizar o movimento indígena.

Pelo mesmo motivo, no início de maio, a PF também intimou Almir Narayamoga Suruí, liderança do povo paiter-suruí, de Rondônia. Ambos os inquéritos foram arquivados poucos dias depois. No mês seguinte, Xavier voltou à carga, [solicitando à PF que abrisse inquérito contra o líder waimiri-atroari Mario Parwe](#). Segundo a Funai, ele e outras lideranças waimiri, juntamente com funcionários da Funai, estariam atrapalhando a construção do linhão de Tucuruí, que ligaria a usina no Pará a Roraima cruzando a terra waimiri.

### 3.4 Desvio de “Funailidade”

No apagar das luzes de 2021, a Funai baixou um ofício circular com uma decisão surreal: o documento dizia que a fundação estava proibida de atuar em terras indígenas não-homologadas. Ou seja, apenas povos indígenas que estejam dentro de terras que já passaram pela etapa final de reconhecimento (a homologação por ato do Presidente da República) estariam sob a alçada do órgão.

Com o ato, ficariam automaticamente desprotegidos quase 240 territórios, habitados por 125 mil pessoas. A Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) pediu ao Ministério Público que acesse inquérito contra o órgão indigenista e que demandasse à Justiça a anulação do ofício.

Não é a primeira vez que a Funai age deliberadamente para desproteger as terras não-homologadas. Em 2019, o delegado Marcelo Xavier assinou, juntamente com o secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, uma instrução normativa conjunta permitindo requerimento de posses privadas em áreas não-homologadas. Isso favoreceria grileiros de terra apoiadores de Bolsonaro que vêm invadindo e desmatando terras indígenas demarcadas, mas sem homologação, como a Ituna-Itatá, no Pará, habitada por índios isolados. O ato [foi cancelado pela Justiça](#).

Em 25 de janeiro, enquanto este relatório era revisado, a Funai anunciou que não reeditaria a portaria de restrição da Ituna-Itatá, instrumento que impedia que a terra indígena fosse reivindicada para qualquer outro fim. A interdição data de 2011, quando foram encontrados indícios de isolados no local pela primeira vez. Agora, a Funai nega a existência desses indícios. Segundo a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), [esta é a primeira vez na história que o órgão de proteção dos índios nega a si próprio sobre indícios de isolados numa TI](#). O *Uol* revelou que, antes do anúncio, o relatório da Funai que embasaria a renovação da restrição foi [discutido por Marcelo Xavier com o senador bolsonarista Zequinha Marinho \(PSC-PA\)](#), principal defensor do cancelamento da Ituna. Zequinha Marinho [é ligado a Jassônio Costa Leite](#), apontado pelo Ibama como um dos maiores grileiros da Amazônia. Ele foi multado em R\$ 105 milhões pelo Ibama por grilagem na Ituna-Itatá. Virtualmente [todo o desmatamento na terra indígena ocorreu a partir de 2018](#), com uma explosão durante o governo Bolsonaro.

## 4. DESTRUINDO TUDO ENQUANTO HÁ TEMPO



**O OBJETIVO É TIRAR ESSE PETRÓLEO O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL**

*Paulo Guedes. 25/10*

Se depender de Bolsonaro e dos militares que comandam o país, o xeque-mate na Amazônia está garantido com a provável licença para o asfaltamento completo da BR-319, estrada que liga Porto Velho a Manaus, num dos blocos mais conservados da floresta. A pavimentação vai estimular fluxos migratórios, expansão de atividades agrícolas, ocupação e valorização de terras, aumentando em pelo menos quatro vezes o desmatamento no Estado do Amazonas até 2050, aponta [estudo](#) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A explosão do desmatamento no sul do Amazonas registrada pelo Prodes no ano passado é um sinal dos efeitos da especulação relacionada ao asfaltamento da estrada – uma tendência histórica na Amazônia. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, [afirma](#) que a obra vai “ajudar a preservar o meio ambiente”. Em 2006, o início da pavimentação



da BR-163 (Cuiabá-Santarém) foi acompanhado do anúncio de medidas para conter o desmatamento que não foram implementadas. Apesar da criação de Unidades de Conservação no entorno, a região se transformou no epicentro da devastação na Amazônia. Como escreveu a revista *Piauí* em 2017, a estrada simboliza o futuro do Brasil.

A destruição trazida pela BR-319 não conta nem mesmo com um plano de prevenção. E é agravada pelo fato de que, segundo estudo recente, partes da Amazônia já estão perdendo a capacidade de absorver carbono devido aos efeitos combinados do desmatamento e da mudança do clima.

Construída sem qualquer licença ambiental na década de 1970, durante a ditadura militar, a BR-319 acabou sendo engolida pela floresta em seu trecho central. A obra foi retomada por Tarcísio de Freitas, que é militar da reserva, apesar da falta de estudos de impacto ambiental e de uma licença para os mais de 800 km da rodovia. Com o licenciamento da pavimentação do chamado “trecho do meio” – de 405 km – ainda em análise no Ibama, a estratégia do governo foi fazer a obra em pedaços.

A estratégia de manipular o processo de licenciamento para obter decisões favoráveis também está sendo adotada pela Petrobras com o objetivo de explorar petróleo na região da foz do rio Amazonas. Em um dos blocos, a empresa requereu do Ibama a emissão de licença prévia sem cumprir os requisitos obrigatórios, distorcendo um processo que é monofásico. Na mesma região, em 2018, o Ibama já havia negado à francesa Total licença para perfurar outros cinco blocos na região. A Petrobras comprou os blocos e agora quer explorá-los. A foz do Amazonas tem um ecossistema recifal descoberto apenas na década passada, que pode ser arrasado pela exploração de petróleo. Um vazamento de óleo no local também atingiria o litoral da Guiana.

Em outubro, fracassou a tentativa do governo Bolsonaro de leiloar blocos para exploração de petróleo na região do arquipélago de Fernando de Noronha (PE), numa espécie de vale a pena ver de novo do que havia ocorrido em 2019 com a oferta de áreas perto de Abrolhos (BA), outra região emblemática de preservação ambiental.

Após grande pressão de grupos ambientalistas, não houve lance de interessados para os blocos nas bacias Potiguar, que abrange a cadeia de montanhas submersas de Noronha e da reserva biológica Atol das Rocas, e Pelotas, em Santa Catarina, também muito sensível.

Foi o “pior leilão de petróleo da história”. Só 5 dos 92 blocos ofertados foram vendidos, todos pelo preço mínimo. O risco de levar mas não obter licenças ambientais, como ocorreu na Foz do Amazonas em 2018, afastou as petroleiras. O de Abrolhos também fracassou em 2019.

Indicado para o cargo por Bolsonaro em 2020, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Rodolfo Saboia, justificou a urgência na exploração e a inclusão de blocos na região de Noronha com o que chamou de “janela de oportunidade”. O primeiro indicado de Bolsonaro para o STF, Kássio Nunes Marques, validou a decisão da ANP ao ignorar pedido do governo de Pernambuco para suspender a oferta de áreas próximas a Noronha.

Menos de um mês depois, em evento com Bolsonaro e Joaquim Leite para o lançamento do chamado “Plano de Crescimento Verde”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que “o objetivo é tirar o petróleo o mais rápido possível”, sob a justificativa de que “a Petrobrás vai valer zero daqui a 30 anos”.

Em dezembro, o governo mudou a regra do jogo e anunciou o fim dos leilões de áreas de petróleo e gás, prática adotada nos últimos 20 anos, para dar início à chamada [oferta permanente](#), ou liquidação do fim do mundo. Nessa modalidade, os blocos podem ser licitados sempre que houver um investidor interessado. Tudo isso enquanto a [Agência Internacional de Energia afirma](#) que, se o mundo quiser cumprir a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global em 1,5°C, nenhum novo projeto de exploração de combustíveis fósseis deveria ser licenciado em nenhum lugar do planeta a partir de 2021.

Não é só no petróleo que o Brasil caminha no sentido da fossilização, contrário ao Acordo de Paris: no setor elétrico, cuja relativa “limpeza” sempre é objeto de loas por parte de autoridades do governo, lobbies do carvão e do gás natural aproveitaram a seca recorde de 2021, a maior em mais de 90 anos, para empurrar combustíveis sujos - e respectivas emissões de carbono - para cima dos brasileiros nas próximas décadas.

Em julho, o governo já havia sancionado a lei de privatização da estatal de energia Eletrobras com um “jabuti” (como são chamadas emendas inseridas de contrabando numa MP sem relação direta com a matéria) que [vai aumentar em um terço as emissões do setor elétrico](#), com a permissão para inserir 8 gigawatts de termelétricas a gás natural na matriz elétrica brasileira.

Pouco depois, no mesmo dia em que o IPCC lançou seu [6º Relatório de Avaliação](#), apontando como inequívoca a ação humana no aquecimento do planeta, o governo anunciou um programa para incentivar a produção de energia via carvão mineral. O [plano](#) estimula a expansão do sistema e o uso de termelétricas a carvão até 2050, apesar da promessa do país de zerar as emissões no mesmo período. “O programa tem como foco a continuidade da atividade de mineração de carvão na região Sul do Brasil, colaborando com o desenvolvimento da região e a segurança energética do País”, [alegou](#) o governo. No fim do ano, com a ajuda do Congresso, o carvão mineral foi premiado com a [aprovação de projeto](#) que garante a aquisição de energia dessa fonte até 2040 (sancionado como Lei nº 14.299/2022).

No início de 2022, o Intercept [revelou, em reportagem realizada em parceria com o Observatório do Clima](#), que uma canetada do presidente do Ibama destravou uma exploração minerária em Minas Gerais com barragens 90 vezes maiores que a de Brumadinho, delegando o licenciamento para o governo de Romeu Zema (Novo). O rompimento da barragem de Brumadinho, da Vale, em 2019, matou 270 pessoas.

A coroar o esforço de “passar a boiada” está o maior número de agrotóxicos liberados de toda a série histórica. Em três anos de governo foram [aprovados](#) 1.552 novos produtos. Cerca de um terço desses agrotóxicos [é proibido](#) na União Europeia por causa dos riscos à saúde e ao meio ambiente.

O aumento da pobreza e do desmatamento, entre outros fatores, fizeram do Brasil um dos três países com maior queda no [Índice Global de Sustentabilidade \(SDG Index\)](#), divulgado pela Universidade Cambridge. Os outros são Tuvalu e Venezuela. O Brasil caiu de 53º (em 2020) para 61º (em 2021). Ficou atrás de países como Argentina, Cuba, Uruguai e Chile. Os primeiros colocados são Finlândia, Suécia, Dinamarca e Alemanha. O SDG mede o progresso dos países para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU.



## 5. A BOIADA NO CONGRESSO: LIRA, PACHECO E O COMBO DA MORTE

Com a eleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2021, as ameaças ao meio ambiente no país mudaram de patamar. Turbinado pelo [orçamento secreto](#) (a compra de apoio político disfarçada de emenda parlamentar), Lira atropelou ritos e conseguiu aprovar em maio, com apoio do governo e sem participação da sociedade, uma proposta que, na prática, [acaba com o licenciamento ambiental](#) – instrumento que defende a sociedade contra atividades econômicas potencialmente destrutivas. O texto segue em análise no Senado.

Menos de três meses depois foi aprovado na Câmara um projeto de lei que [anistia a grilagem de terras no país](#) – um dos motores do desmatamento.

O [Combo da Morte](#) de Lira e Bolsonaro inclui ainda projetos como um que libera o garimpo em terras indígenas e outro que acaba com a demarcação dessas áreas (o que já ocorreu de fato sob Bolsonaro).

Após pressão de grupos ambientalistas, os dois projetos aprovados na Câmara (licenciamento e grilagem) não foram votados em plenário no Senado, mas a discussão será retomada em meio aos arranjos para a disputa eleitoral de outubro – e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), [já avisou](#) que vai tentar alavancar sua possível candidatura à presidência com a aprovação de temas como o PL da Grilagem, entre outros.

Como prévia do que vem por aí, o Congresso aprovou em dezembro, numa das últimas sessões antes do recesso de fim de ano, um projeto que [flexibiliza regras de proteção de margens de rios em áreas urbanas](#). O retrocesso foi sancionado por Bolsonaro (Lei nº 14.285/2021).

Encontram-se em diferentes estágios de tramitação, nas duas Casas Legislativas, pelo menos oito projetos de lei e uma minuta de PL que, se aprovados, causarão dano irreversível aos ecossistemas brasileiros, aos povos tradicionais, ao clima global e à segurança de cada cidadão.

### PRINCIPAIS RETROCESSOS:

#### PL 2633/2020 - Grilagem

1. Estende o benefício de dispensa de vistoria de pequenas ocupações (até 4 módulos fiscais, já previsto na legislação em vigor) para áreas médias de até 6 módulos.
2. Permite, por meio de licitação, regularização futura de terras públicas invadidas a qualquer momento (artigo 38, § 2º).
3. Considera que a simples inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é autodeclaratório, já seria prova de regularidade ambiental (artigo 2º, XII c/c artigo.15, § 10).
4. Desobriga imóveis com até 6 módulos a aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) ou ter um

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), quando for constatado dano ambiental via auto de infração ou embargo em vistoria prévia. Basta a apresentação do CAR. Isso é incompatível com o Código Florestal.

#### **PL 510/2020 - Grilagem**

1. Prevê anistia a quem invadiu e desmatou ilegalmente terra pública até dezembro de 2014.
2. Aumenta o risco de titular áreas em conflito ou com demandas prioritárias, pois elimina a vistoria prévia à regularização de latifúndios de até 2.500 hectares. Também enfraquece os casos excepcionais em que a vistoria é obrigatória.
3. Permite a emissão de novos títulos de terra para aqueles que já foram beneficiados com terras públicas no passado.
4. Incentiva a continuidade de ocupação de terra pública e desmatamento, pois cria direito de preferência na venda por licitação a quem estiver ocupando área pública após dezembro de 2014.
5. Permite titular áreas desmatadas ilegalmente sem exigir assinatura prévia de instrumento de regularização de passivo ambiental, nos casos em que não houve autuação ambiental.

#### **PL 3.729/2004 - Licenciamento ambiental**

1. Torna o licenciamento ambiental uma exceção em vez de regra.
2. Dissemina o licenciamento autodeclaratório, por Adesão e Compromisso (LAC), em que nem mesmo o relatório de caracterização do empreendimento precisa ser conferido. Essa modalidade passa a ser a regra, abrangendo a maior parte dos processos.
3. Estabelece uma lista extensa de atividades isentas de licenciamento ambiental (artigos 8º e 9º, que concedem isenção a 14 atividades e são passíveis de questionamento constitucional).
4. Elimina determinações nacionais referentes aos processos de licenciamento, concedendo excessiva liberdade aos entes federados na definição das tipologias e de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental (art. 4º, § 1º) e na definição da exigência ou não de estudo de impacto ambiental (art. 17, § 4º).
5. Aumenta a insegurança jurídica e abre a possibilidade de uma “guerra antiambiental” entre os Estados com o vazio de regramento, similar à guerra fiscal. Quem exigir menor proteção ambiental nos seus processos de licenciamento teoricamente será mais atrativo para investimentos.
6. Restringe a aplicação de condicionantes referentes a impactos indiretos como desmatamento e a elementos do meio socioeconômico (art. 12).
7. Aumenta ameaças às comunidades tradicionais, ao passar a considerar os impactos apenas sobre aquelas que estão em áreas homologadas ou tituladas (indígenas ou quilombolas, respectivamente).
8. Enfraquece muito a análise dos impactos diretos e indiretos dos empreendimentos sobre as Unidades de Conservação (UCs), ao restringir a manifestação dos órgãos gestores de UC a poucos casos e retirar o poder de veto desses órgãos.

#### **PL 490/2007 – Alteração na demarcação de Terras Indígenas (TIs)**

1. Permite a retomada de “reservas indígenas” pela União a partir de critérios subjetivos, colocando em risco pelo menos 66 territórios, habitados por mais de 70 mil indígenas e com área total de 440 mil hectares.



2. Aplica o “marco temporal” a todas as demarcações de TIs, praticamente inviabilizando um processo que já é complexo e demorado.
3. Estabelece que a demarcação poderá ser contestada em todas as fases do processo, obrigando a manifestação de representantes de estados e municípios, e permitindo que associações de fazendeiros também se pronunciem, inviabilizando o procedimento.
4. Permite a mineração e a construção de hidrelétricas, estradas e grandes empreendimentos agropecuários nas TIs, entre outros, sem consulta às comunidades afetadas.
5. Viabiliza a legalização automática de garimpos ilegais nas TIs.
6. Abre brechas para o fim da política de não contato com indígenas isolados. Se o contato for de “interesse público”, poderá ser realizado por empresas públicas ou privadas, inclusive por associações de missionários.

#### **PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas**

1. Possibilita liberação para mineração e construção de hidrelétricas sem entraves em TIs ainda em processo de demarcação, o que contraria a Constituição.
2. Valida todos os requerimentos minerários que tenham sido solicitados ou protocolados antes da homologação das TIs.
3. Valida 362 processos minerários incidentes em 62 terras indígenas em demarcação. Outras 78 TIs homologadas ou reservadas também poderiam ter validados 2.562 processos minerários protocolados ou concedidos antes da conclusão de sua regularização.
4. Funciona como um liberou geral para grandes empreendimentos e garimpo em 315 TIs, aumentando riscos sanitários e de violência contra povos indígenas.
5. Libera a pesquisa e lavra mineral, bem como aproveitamento hidráulico em caráter provisório em todas as Tis. (art. 37, § 3º).

#### **PL 6299/2002 – Liberação de agrotóxicos (PL do veneno)**

1. Determina que o Ministério da Agricultura será o único órgão a registrar novos agrotóxicos, reduzindo Ibama e Anvisa a órgãos homologatórios.
2. Viabiliza o registro de agrotóxicos comprovadamente nocivos e cancerígenos, ao excluir vedação nesse sentido que consta na legislação atualmente em vigor.
3. Ameniza o rigor da legislação atual ao optar por trabalhar por um conceito genérico de gestão de riscos que analisa não apenas os efeitos sobre a saúde e o meio ambiente, mas também fatores políticos e econômicos.
4. Altera o termo “agrotóxico” para “pesticida” com a intenção de disfarçar a nocividade das substâncias.
5. Remove a autonomia dos órgãos de saúde para publicar análises sobre agrotóxicos em alimentos.

#### **PL 5.544/2020 – Caça**

1. Libera a caça esportiva no Brasil. Hoje, apenas a caça de javali, um animal exótico, é permitida no país (com autorização do Ibama), para controle da explosão do número de animais. O projeto autorizaria o abate de animais silvestres brasileiros.

2. Não explica como se dará a definição das espécies abrangidas e a fiscalização dos animais caçados, o que pode propiciar o abate de animais ameaçados de extinção.
3. Inacreditavelmente, prevê entre os objetivos da caça esportiva a “conservação de espécies ameaçadas de extinção” (art. 2º, inciso V).
4. Libera a caça para praticamente qualquer cidadão. A pessoa precisa ter mais de 21 anos, possuir um registro válido como Colecionador, Atirador ou Caçador (CAC) e ter uma licença de caça válida, emitida pelo órgão federal competente.

#### **PL 4.546/2021 – Infraestrutura Hídrica**

1. Afeta drasticamente a Política Nacional de Recursos Hídricos, ferindo os princípios da descentralização e da gestão participativa da água.
2. Retira autonomia dos Comitês de Bacias na aprovação dos Planos de Bacias Hidrográficas e institui a outorga onerosa.
3. Deixa de tratar a água como bem público, desconsidera que o acesso à água é direito humano e fere a Constituição Federal em vários princípios.
4. É considerado por integrantes dos Comitês e Organismos de Bacias como o PL da privatização da água.

#### **Atualização do Código de Mineração (minuta)**

1. Prevê dispensa de licenciamento ambiental para a pesquisa mineral em todos os casos em que não estiver presente potencial de significativo impacto, ou seja, nas situações em que não se exige Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), o que abrange praticamente todas as pesquisas nesse campo (art. 14, § 5º, da 2ª versão da minuta).
2. Posiciona os interesses minerários acima dos direitos relativos ao desenvolvimento urbano (art. 1º, § 3º, da 2ª versão da minuta), conflitando com o disposto no art. 182, § 1º, da Constituição.
3. Não inclui restrições relacionadas a Terra Indígena ou Unidade de Conservação nas condições para a caracterização como área livre para pesquisa minerária (art. 18 da 2ª versão da minuta), colocando em risco direitos socioambientais assegurados pela Constituição.
4. Contempla disposições genéricas, insuficientes, em relação às barragens de mineração (art. 40 da 2ª versão da minuta).
5. Não faz conexão formal dos processos junto à ANM com o licenciamento ambiental, tratando de forma autônoma os dois processos, o que levará a conflitos e pressão política para a concessão da licença pelos órgãos do Sisnama (art. 41, § 6º da 2ª versão da minuta).
6. Exige oitiva do Ministério das Minas e Energia e dos titulares de direitos minerários na criação de Unidades de Conservação, no tombamento de bens e também em “outras demarcações” (o que inclui terras indígenas, territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais), bem como a elaboração de análise de impacto econômico, subordinando a proteção dos direitos socioambientais, dos direitos fundamentais dos povos indígenas e do patrimônio cultural aos interesses minerários (art. 42-B da 2ª versão da minuta).



## 6. REAÇÕES

### 6.1 As cortes contra-atacam



Felipe Werneck/OC

**A ativista rondoniense Txai Suruí, em Glasgow; ela é uma das autoras da ação na Justiça contra a “pedalada climática” da meta brasileira. Em novembro, na COP26, ela foi a única brasileira a discursar na cúpula de líderes e denunciou as agressões aos povos indígenas no Brasil. Após o discurso, sofreu intimidação de um funcionário do Ministério do Meio Ambiente.**

Como corretamente previu Ricardo Salles na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, “tudo que a gente faz é pau no Judiciário no dia seguinte”. A sociedade civil de fato foi aos tribunais tentar parar algumas das “boiadas” do governo Bolsonaro, e alguns resultados foram positivos.

O ano terminou com a ministra [Rosa Weber, do STF, suspendendo liminarmente](#) o decreto de Jair Bolsonaro e Ricardo Salles de 2019 que alterou a estrutura do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e permitiu que

o principal colegiado ambiental do Brasil fosse controlado pelo governo federal - com participação reduzida da sociedade civil e governos subnacionais. Weber é relatora da ADPF 623, que questiona a constitucionalidade da mudança feita por Salles para aparelhar o Conama. Com sua decisão, no dia 20 de dezembro, a atual formação do conselho fica extinta até o julgamento do mérito da ação no plenário da corte, e o Conama terá de voltar à composição antiga em 2022.

Uma semana antes, no dia 14, o Supremo havia anulado, por unanimidade, as resoluções do Conama aparelhado aprovadas em 28 de setembro de 2020 que desprotegiam mangues e restingas e limitavam as áreas de preservação permanente em torno de barragens.

Na véspera da decisão do STF, a Justiça Federal de Santos decidiu, também em caráter liminar, suspender um esquema de Ricardo Salles pelo qual a PM paulista receberia R\$ 19 milhões de uma multa ambiental de R\$ 35 milhões aplicada a uma empresa transportadora de contêineres navais por um acidente no porto da cidade. Salles passou a adotar no Ibama os chamados “acordos substitutivos”, escolhendo a dedo quem seria agraciado com recurso de multas pagas com desconto pelos infratores. Parlamentares do PSOL entraram na Justiça e ganharam a tutela antecipada.

Na área de clima, duas grandes ações foram movidas contra o governo. Um grupo de seis ativistas dos coletivos de jovens Fridays For Future Brasil e Engajamundo, com apoio de oito ex-ministros do Meio Ambiente, entrou com uma ação popular na Justiça de São Paulo para reverter a “pedalada” climática feita pelo Brasil na revisão de sua NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) ao Acordo de Paris. Em 2020, o governo submeteu à ONU uma atualização da NDC na qual confirmava a meta indicada em 2015 de reduzir 43% das emissões de gases-estufa em 2030 em relação a 2005. Mas a atualização mudou a base de cálculo das emissões em 2005, fazendo com que o país, na prática, reduzisse sua ambição, dando-se o direito de emitir até 400 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente a mais em 2030 do que no compromisso indicado em 2015. A ação foi admitida pela Justiça de São Paulo e ainda está em julgamento. Na prática, porém, os jovens já ganharam: em novembro, o ministro Joaquim Leite anunciou, na COP26, que o Brasil “aumentaria” a ambição de sua NDC de 43% para 50% de redução em 2030, tentando desfazer a “pedalada climática”.

Outra ação foi movida pelo Observatório do Clima em outubro na Justiça do Amazonas e demanda que o governo reveja o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Espinha dorsal da governança climática federal no Brasil, o plano foi editado em 2008 e jamais atualizado. O OC exige que o seja, à luz da meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento da Terra a 1,5°C e dos novos dados do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), que ensejam metas mais ambiciosas de todos os países do G20. A Justiça amazonense convocou uma audiência de conciliação - sinal de admissibilidade do pleito - dois dias depois da petição do OC, mas o governo informou não ter interesse em conciliar.

No mesmo mês, Bolsonaro sofreu mais uma acusação no Tribunal Penal Internacional, desta vez por crime climático. A ONG europeia de advogados AllRise enviou uma manifestação à corte de Haia argumentando que há base legal para abrir uma denúncia contra o presidente brasileiro por causa do dano climático decorrente do desmatamento induzido por seu governo. A manifestação se apoia num estudo feito por pesquisadores da

Universidade de Oxford que estima que as emissões de gases de efeito estufa em excesso atribuíveis ao governo Bolsonaro poderão causar milhares de mortes por excesso de calor em todo o planeta neste século. O desmatamento adicional por ano no atual governo é de cerca de 4.000 km<sup>2</sup>, o que causa emissões adicionais de CO<sub>2</sub> maiores que as da Itália ou da Espanha.

## 6.2 Europa, China e EUA contra o desmatamento

Com o intuito duplo de ganhar tempo para a descarbonização do setor de energia e de salvar a própria reputação em caso de fracasso na conferência de Glasgow, o governo britânico trouxe as florestas tropicais para o centro do debate climático. Na COP, mais de 130 países assinaram a Declaração de Glasgow sobre Florestas, puxada pelo Reino Unido, que tem o objetivo de “parar e reverter” o desmatamento no mundo até 2030. Entre os signatários estão os países da Europa, a China, os EUA e o Brasil.

Embora seja um documento voluntário que na prática apenas reforça intenções de declarações anteriores, como a assinada em Nova York em 2014, a declaração de Glasgow muda o patamar da discussão sobre desmatamento, e deve ter consequências para o Brasil. Primeiro, porque o texto fala em desmatamento zero, e não “desmatamento ilegal zero”, como prefere o governo brasileiro. Segundo, porque China e Estados Unidos, nossos principais parceiros comerciais, produziram uma declaração bilateral na COP se comprometendo a combater o desmatamento importado. Nos EUA, foi apresentada neste ano uma proposta do senador Brian Schatz (Democrata) para proibir acesso ao mercado americano de commodities produzidas com desmatamento ilegal. Já existe legislação parecida para madeira.

Terceiro, porque a União Europeia, segundo principal destino das commodities brasileiras, apresentou em 17 de novembro, logo após a COP, uma [proposta de legislação para banir seis commodities produzidas em áreas desmatadas após 2020](#), incluindo soja, couro e carne. A lei, que menciona entre suas motivações a declaração de Glasgow, criará também um mecanismo europeu de auditoria dos fornecedores. Organizações do agronegócio brasileiro entraram em parafuso: a [Sociedade Rural Brasileira](#) e a Associação Brasileira dos Produtores de Soja produziram notas públicas denunciando a legislação europeia como “violação da soberania” do Brasil e “[protecionismo disfarçado](#)”. A proposta da UE ainda está em fase de ajustes e é alvo de intenso lobby do setor rural brasileiro, mas dificilmente terá volta. É bom o agro “já ir” se enquadrando.

## 7. 2022: “BAILE DA ILHA FISCAL” DA DEVASTAÇÃO?

Se o começo do ano servir de termômetro para alguma coisa, 2022 será duro para o meio ambiente no Brasil. No dia 13 de janeiro, mal recuperado [de sua luta intestina contra um camarão](#), Jair Bolsonaro baixou um [decreto que inclui o fim da proteção a todas as cavernas do Brasil](#). Objeto de lobby de mineradoras e empreiteiras [pelo menos desde o](#)



**Helicóptero do Ibama incendiado em aeródromo de Manaus em janeiro de 2022**

governo Lula, as cavernas brasileiras, mesmo as de alta relevância geológica e biológica, poderiam ser destruídas mediante mera declaração de interesse público - no dia 24, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, suspendeu parte do decreto até decisão do plenário do Supremo.

Quanto mais o presidente cai nas pesquisas de intenção de voto, mais tentados os setores que pressionam pela desregulamentação ambiental geral e irrestrita podem se sentir para aprovar todas as mudanças - em especial as legislativas - que puderem no primeiro semestre. A partir do meio do ano o Congresso entra na prática em pausa por conta da campanha eleitoral e o poder público não pode realizar novos contratos. Há o risco de que os últimos meses de governo se transformem num “Baile da Ilha Fiscal”, como a última festa do Império, na qual a monarquia brasileira se esbaldou numa celebração milionária enquanto o Exército decidia o golpe que seria dado poucos dias depois e proclamaria a República.

Será um ano crítico para o desmatamento na Amazônia e para as emissões do Brasil. Neste último caso, a retomada econômica pós-pandemia, juntamente com o aumento do desmatamento, tende a elevar as emissões em 2021, que serão conhecidas no final deste ano. As de 2022 dependerão do comportamento das pessoas que destroem a Amazônia e o Cerrado.

No caso do desmatamento, a tendência verificada em toda a história da Amazônia após a ditadura militar - exceto no período de queda da devastação, entre 2005 e 2012 - é de alta em ano eleitoral: os poderes locais, que



se alimentam do crime ambiental ou são representantes deste, tendem a ampliar a pressão sobre os governadores pelo afrouxamento dos controles. A única coisa que poderia mudar essa escrita seria uma ação forte do governo federal. Mas, como o próprio Bolsonaro já deixou claro ao cumprimentar a si mesmo pela queda nas multas (leia na pág. 12), é improvável que o Ibama atue com força em 2022. A trajetória do desmatamento dependerá, assim, de outros fatores, como mercado, câmbio, boicotes externos e a própria dinâmica da grilagem. As sinalizações dadas pelo governo e pelo Congresso, como a pavimentação a qualquer custo da BR-319 e mais uma anistia à grilagem, não permitem descartar a hipótese de 2022 assistir a mais um ano de desmatamento na casa dos 10.000 quilômetros quadrados, o quarto seguido.

Em 2018, o desmatamento aumentou no segundo semestre diante da possibilidade de vitória de um candidato que prometia “tirar o Estado do cangote de quem produz” e “acabar com a indústria da multa”. Em 2022, ironicamente, a possibilidade [indicada pelas pesquisas eleitorais](#) de esse mesmo candidato nem sequer chegar ao segundo turno pode produzir o mesmo efeito de acelerar a destruição. A mobilização da sociedade, dos consumidores, dos investidores e do Judiciário pode evitar que a conta da devastação neste ano fique ainda mais salgada.

---

## CRÉDITOS

**Realização:** Observatório do Clima // **Texto:** Felipe Werneck, Claudio Angelo e Suely Araújo // **Edição:** Claudio Angelo e Felipe Werneck // **Design:** Daniela Fontinele // **Capa:** Pedro Inoue